

Cidades.

Estratégia sobre protestos

O secretário estadual de Segurança Pública afirma que governo não vai mais tolerar que “300 pessoas parem a cidade”. BME e Rotam vão acompanhar atos. **Página 14**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

RACHADURAS E TRINCAS

GUARDA DEIXA PRÉDIO DE R\$ 3 MILHÕES ÀS PRESSAS

Feita em 2007, compra de imóvel, em Vitória, é investigada

/// **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A Guarda Municipal de Vitória começou a ser retirada às pressas de sua sede, na Ilha de Santa Maria, na manhã de ontem. O prédio que ocupava até então apresenta problemas estruturais e foi condenado por laudo realizado pelo próprio município. O edifício – que pode vir a ser demolido – foi comprado em 2007 por R\$ 2,8 milhões, desapropriação que está sendo investigada pelo Ministério Público Estadual (MPES).

No dia 18 deste mês, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec) fizeram uma avaliação do imóvel a pedido da administração da própria Guarda. Constataram que o edifício apresenta riscos decorrentes de problemas estruturais. São rachaduras, trincas e infiltrações que podem ter sido causadas pela instabilidade do solo da região, explicou a secretária de Administração, Sueli Mattos de Souza.

RISCOS

O laudo emitido na última terça-feira orienta para a desocupação do prédio, o que começou a ser feito ainda ontem, confirmou a secretária. “A constatação é de que a estrutura está comprometida e que há riscos. E, por menor que estes sejam, decidimos pela retirada dos servidores, por medida de segurança”, explicou Sueli Mattos.

Até amanhã, a então sede da Guarda será totalmente desocupada. Os guardas comunitários vão ser transferidos para a se-



Edifício da Guarda Civil Municipal, na Ilha de Santa Maria, está condenado

de anterior da corporação, na Avenida Fernando Ferrari, em Goiabeiras. Vão dividir o espaço com a Gerência de Transporte da Administração Municipal.

Os agentes de trânsito vão ocupar uma antiga fábrica de manilhas localizada atrás do Horto Municipal. A Secretaria de Monitoramento, que já funciona em outro prédio, permanecerá na Ilha de Santa Maria. Os novos prédios são do município. “Estamos fugindo de alugueis”, pontuou a secretária.

Logo após a desocupação, uma nova avaliação vai ser feita no prédio da Guarda. “Os técnicos vão checar se há possibilidade de uma reforma ou se o caminho será mesmo a demolição”, explicou Sueli Mattos, acrescentando que só depois se saberá o custo de uma nova sede.

PROBLEMAS

Além dos problemas estruturais, a sede da Guarda é alvo de investigação do Ministério Público. A compra do imóvel faz parte do

MARCOS FERNANDEZ

– 787,69 m² – está em área de marinha não regularizada. Isso significa que sobre esse pedaço do imóvel não há documentos que comprovem a posse junto à União, documentação que deveria ter sido apresentada pelo antigo proprietário e checada pela prefeitura na hora da compra.

Com isso, o município não tem o chamado domínio útil, mas apenas o direito de ocupar o espaço, sem título de propriedade. Essa é uma situação que, na avaliação do Ministério Público Estadual, caracteriza prejuízo à municipalidade.

FUNCIONÁRIOS

A mudança da Guarda pegou os funcionários de surpresa. “Os agentes foram para a rua e, quando chegaram, a mudança estava sendo feita. Ninguém falou nada”, disse Romário Viana, presidente do Sindicato dos Agentes da Guarda Municipal.

Ele relata que desde a compra do prédio já se sabia dos problemas estruturais. “Tanto que, antes de a Guarda se mudar, foram feitas colunas de reforço nas estruturas e vigas”, relata. Outros funcionários disseram que a orientação era para que se evitasse armazenar objetos pesados no terceiro andar, também por conta dos riscos.

RESPOSTA

O ex-prefeito João Coser foi procurado ontem, mas não foi localizado. A informação de sua assessoria de imprensa é de que ele estaria visitando municípios no interior do Estado.

PROBLEMAS

Gastos

Em sete anos de administração, a Prefeitura de Vitória, na gestão do ex-prefeito João Coser, gastou mais de R\$ 128 milhões com a desapropriação de imóveis em vários pontos da Capital

Investigação

Suspeitas de irregularidades e até de superfaturamento recaem sobre a maior parte dessas desapropriações, que estão sob investigação do Ministério Público Estadual (MPES)

Guarda

Uma delas refere-se ao prédio que até ontem sediava a Guarda Municipal, comprado em 2007 por R\$ 2,8 milhões. A avaliação da própria prefeitura apontava que o valor a ser pago pelo imóvel era de R\$ 2,47 milhões. Com problemas estruturais, o prédio, na Ilha de Santa Maria, corre agora o risco de desabar

Bloqueio de bens

Outra desapropriação que apresentou problemas foi uma área de quase 30 mil m² – com um esqueleto de prédio – comprada em Tabuazeiro por R\$ 15,2 milhões. Novos documentos obtidos pelo MPES comprovaram o superfaturamento de mais de R\$ 6 milhões. Por conta disso, a Justiça bloqueou os bens de João Coser e de mais nove pessoas